

O projeto Memória do Movimento Estudantil e a institucionalização da memória como capital político da União Nacional dos Estudantes.

Aline dos Santos Portilho*

O tema da memória surgiu como uma preocupação do movimento estudantil desde final da década de 1960 e durante os anos 1970, em especial no momento de reorganização da instituição após o período de ilegalidade. A primeira obra identificada que busca dar conta de uma história do movimento estudantil foi o livro de Arthur Poerner “O Poder Jovem”, publicado a primeira vez em 1968, com reedições em 1973, uma publicação clandestina organizada pelo DCE da PUC de São Paulo, em 1979, publicado pela editora Civilização Brasileira, em 1995, pelo Centro de Memória da Juventude, de São Paulo e em 2004 pela editora Booklink.

O livro de Arthur Poerner¹ se tornou uma referência no que diz respeito às fontes sobre a história do movimento estudantil. O autor selecionou fatos tomados como relevantes, construindo uma cronologia que é seguida por diversos outros trabalhos. A cada nova edição, promoveu a revisão do texto e acréscimo dos eventos ocorridos no intervalo entre as edições. Assim, a última traz, além dos textos da primeira edição, cuja orelha foi assinada pelo jornalista Otto Maria Carpeaux, o prefácio pelo general Pery Constant Bevilaqua² e a apresentação por Antonio Houaiss, o prefácio do ex-presidente da UNE entre 1992 e 1993 Lindberg Farias, da quarta edição, e o do também ex-presidente da UNE, entre 1980 e 1981, Aldo Rebelo, da quinta edição do livro.

Divide-se em duas partes. A primeira, “Antes da UNE”, contém cinco capítulos compreendendo o extenso período que vai de 1710, cujo marco é a captura, realizada por “estudantes” dos soldados franceses que, sob o comando de Jean-François Duclerc,

* Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV.

¹ Arthur Poerner foi aluno da Faculdade Nacional de Direito e militou no movimento estudantil universitário entre 1964 e 1970.

² Era chefe do Estado Maior das Forças Armadas no golpe de 1964. Tornou-se ministro do Superior Tribunal Militar em 1965, posto que ocupou até janeiro de 1969, quando foi aposentado por força do Ato Institucional nº 5 e filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro em maio do mesmo ano. Ou seja, o general escreveu o prefácio ao livro de Poerner ainda como ministro do STM.

invadiram a cidade do Rio de Janeiro em setembro daquele ano, até 1937, cujo marco é o estabelecimento do Estado Novo.

A segunda parte, “A partir da UNE”, compreende o período que vai da fundação da UNE, segundo o livro, em 1937³, até a reunião realizada entre o presidente Lula e a diretoria da instituição, em outubro de 2003. Ao final do livro encontra-se um “Documentário”, que contém: a “Carta resposta da Associação Mundial dos Estudantes à mensagem da UNE em prol da paz e da neutralidade”, de 1940; a cópia de um telegrama suspendendo o autor das aulas na Faculdade Nacional de Direito, cuja data não é possível identificar; outro telegrama, cuja data, também, não é possível identificar, intimando o autor a depor em comissão de inquérito; um recorte do jornal “O Estado de São Paulo”, de 1969, onde consta a ordem de proibição de diversos livros, entre eles “O Poder Jovem”; o texto do “Acordo MEC-USAID para o planejamento do ensino superior no Brasil” e uma “Carta aberta a população – Hoje consente quem cala”, publicada no Jornal do Brasil em 6 de maio de 1977. A esta seção se segue uma “Galeria de Fotos”, que retrata alguns momentos da história da instituição.

Esta obra foi lançada com o objetivo de reunir documentos e contar a história da instituição através do registro de fatos “relevantes”, projeto que até então não tinha sido realizado. No livro *A UNE e o mito do poder jovem*, o historiador Alberto Saldanha ressalta como *O poder jovem* funda uma narrativa tradicional da história da UNE e articula a identidade do movimento que se reúne em torno dela, acionando as categorias “memória” e “mito político”. Assim, Poerner, lançando mão de uma vasta documentação, ainda que sem aprofundar muito os temas ou problematizá-los, articula uma auto-imagem para o movimento estudantil, em um primeiro momento, “nacionalista e progressista” e, posteriormente, “revolucionária e socialista” (Saldanha, 2005: 15-6)

Em 1977, o investimento na popularização da história da UNE tornou-se um programa político da instituição.⁴ No III Encontro Nacional dos Estudantes, realizado na cidade de São Paulo, foi aprovada uma resolução de que se deveria investir em ações e

³ Convencionou-se esta data como a da fundação da instituição, porém, conforme demonstra a pesquisa de mestrado da historiadora Angélica Müller, isto ocorreria somente em 1938 (MÜLLER, 2005).

⁴ Sobre esta discussão que se seguirá, agradeço as considerações e informações generosas da historiadora Angélica Müller, que tratou do assunto em sua tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (MÜLLER, 2010).

na produção de materiais que difundissem a história da instituição como instrumento da luta política pela reconstrução da entidade. Este empenho resultou em materiais e ações que circularam, durante o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com o intuito de organizar a memória da instituição, que guardam a peculiaridade de terem surgido no momento da reorganização da instituição. Para além da escrita da história da UNE, que fazia parte do esforço para sua reorganização, era preciso torná-la de conhecimento público. Escrever a história da UNE e torná-la pública eram esforços e instrumentos da disputa política em que os agentes estavam colocados, ou seja, eram parte também da reconstrução política da entidade. Nesse sentido, se soma ao esforço dos militantes o papel da imprensa, que se pode perceber no prefácio de uma dessas publicações, quando a diretoria provisória da UNE agradece aos

companheiros da imprensa, que acompanharam passo a passo nossa caminhada rumo à UNE. Quantos jornalistas vimos serem agredidos pela polícia em seu esforço para divulgar nossas manifestações? Não fosse esse trabalho, quase sempre anônimo, nosso movimento não teria obtido a mesma ressonância em seus diversos momentos. Apesar de muitas vezes terem suas matérias distorcidas pelos donos dos jornais comprometidos com o atual estado de coisas, sempre reconhecemos nos jornalistas um papel muito importante para as lutas populares, que merece ser ressaltado. (Gonçalves e Romagnoli, 1979: 5)

Algumas obras publicadas e ações realizadas se destacam neste período que vai do final dos anos 1970 ao final dos anos 1980. As revistas *Apesar de tudo – a UNE revista*, também conhecida como *Memorex* (1978), e *A volta da UNE* (1979) foram as primeiras publicações circuladas com este conteúdo. *Memorex* foi publicada por um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo – USP. A publicação é uma coletânea de documentos variados da instituição, trechos de textos dos editores e de livros, recortes de jornais e escritos políticos. A diagramação intercala textos e imagens, além das legendas de “Edições Guaraná”, que assina a publicação junto com o DCE Livre da USP. Divide-se por momentos da história da instituição, compreendida no período de 1937 a 1968, e a insere em uma narrativa da história do país, de 1930 a 1968.

A volta da UNE era o número 5 da coleção *História imediata*⁵. foi publicada pela Editora Alfa – Omega e distribuição pela Abril S/A, com tiragem de 30 mil exemplares. Para dar conta do período, seus redatores recorreram aos testemunhos como fontes para

⁵ Os quatro primeiros números da coleção são: 1 – *A Guerrilha do Araguaia*, 2 – *A greve na voz dos trabalhadores*, 3 – *Araceli* e 4 – *D. Paulo Evaristo Arns*.

a escrita e os documentos figuram como complementos. A revista cobre os anos sobre os quais “Memorex” não se detém: de 1968, o Congresso de Ibiúna, ou seja, a “destruição” da entidade, a 1979, o Congresso de Salvador, ou seja, sua reconstrução.

O livro *A história da UNE – volume 1*, de 1980, de autoria de Nilton Santos, que havia sido vice-presidente da entidade de 1967 a 1969 e, posteriormente, dirigente do PT, e publicado como número 4 da Coleção História Presente⁶ pela editora Livramento. O livro traz depoimentos de ex-militantes (presidentes e vice-presidentes da entidade) e recobre da 24^a gestão (1961-1962) à 31^a gestão (finalizada em 1980).

Ainda na década de 1980, foi realizado o projeto *Fontes para a História do Movimento Estudantil*, coordenado pelo professor Marco Aurélio Garcia entre 1984 e 1988 na Universidade de Campinas (Unicamp), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela própria UNE. Posteriormente, foi assumido pela Unicamp e teve continuidade até 1991, coordenado pela professora Mirza Pellicciota. Além deste, foi desenvolvido na mesma universidade o projeto *Contribuição à História do Movimento Estudantil Brasileiro: história institucional e história invisível*, coordenado pelo professor Kazumi Munakata e financiado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) com recursos da Fundação Ford de 1985 a 1986. Os acervos constituídos pelos dois projetos estão reunidos na coleção “Movimento Estudantil” do Arquivo Edgard Leuenroth.⁷

Resgatar a memória e retomar a luta institucional

Estes primeiros movimentos no sentido de organizar a memória do movimento estudantil, sistematizando suas fontes fossem documentais, fossem de história oral, se caracterizam por terem sido esforços de fora da instituição, ou seja, não foram empreendimentos da própria UNE, o que é uma importante diferença entre aquelas iniciativas e o MME que, como se verá, se realizou como um projeto institucional de maior complexidade e duração.

Os esforços neste sentido promovidos pelos agentes em nome da própria instituição podem ter seu elemento fundador estabelecido ainda nos anos 1980, ainda que tenha como um de seus elementos o caráter pontual de sua realização, mais precisamente em 1981, quando a diretoria da UNE voltou a editar a revista Movimento.

⁶ Não foram encontradas referências sobre o primeiro número da coleção. Os dois seguintes a este são: 2 – *PC linha leste* e 3 – *Rosa Negra – Os Agrestes também verdejam*.

⁷ Informações disponíveis no site do AEL: http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael.

O número 1 da revista foi lançado no ano de 1962. Em depoimento ao projeto MME, o ex-militante Marcelo Cerqueira (era membro do PCB e foi vice-presidente da UNE em 1963) informa as condições em que se deram o surgimento da revista, que ocorreu durante a gestão de Aldo Arantes, membro da Ação Popular e presidente da UNE entre 1961 e 1962 e coincide com a entrada de Cerqueira no movimento estudantil. Segundo suas memórias,

[Começou a participar do movimento estudantil] Na gestão do Aldo [Arantes]. Acho que foi o Betinho, não me lembro bem. Um deles tinha contato com o José Aparecido de Oliveira [...]. Ele era secretário de Imprensa – ou alguma coisa assim – de Jânio Quadros e o Aldo conseguiu uma audiência com o Jânio pela mão do Zé Aparecido, foi ele quem conseguiu recursos para fundar uma gráfica. Então, nós fizemos uma gráfica na rua Frei Caneca e ele me convidou para trabalhar lá. Foi criada a Editora Universitária, cujo primeiro diretor foi Cacá Diegues e, ao mesmo tempo, a revista Movimento, cujo primeiro diretor foi César Guimarães. Os editores eram Arnaldo Jabor e eu. (CERQUEIRA, 2004)

A edição da revista foi interrompida no número 12 em 1964, quando da ocorrência do golpe civil-militar instalando o Regime ditatorial que duraria no Brasil até 1985. Não somente a revista, mas a maior parte das frentes de atuação da entidade, como o Centro Popular de Cultura, deixou de existir neste momento. A própria UNE posta na ilegalidade em 1965⁸, continuou a funcionar de maneira precária, realizando congressos clandestinos até 1972 e sendo fortemente perseguida durante todo o período que se seguiu.

A publicação da edição de número 13 da revista Movimento, no ano de 1981, se coloca no processo de reconstrução política e administrativa da UNE, iniciado em 1979 no Congresso de Salvador. A edição se inicia com texto da diretoria da instituição. Sob o título “Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar”, retoma um histórico da revista, ressaltando nomes da intelectualidade que haviam sido seus diretores ou colaboradores no período de estabilidade da revista. Nele também se encontra uma explicação para a fundação da revista, que não apresenta os trâmites e articulações políticas porque que possibilitaram a existência da revista, mas credita sua existência apenas ao poder de mobilização da entidade no momento: “A estabilidade da revista alcançada naquela época era fruto do avanço e do vigor da luta estudantil.”

⁸ Fonte

Neste mesmo primeiro texto são colocados os sentidos que aquela publicação assumia para os militantes que a produziam: “Trata-se de uma nova publicação? Uma reedição? Na verdade se trata de uma retomada, de uma reconquista.” Tem conexões claras com os desejos expressos no processo de reconstrução da entidade que desembocou na construção do congresso de 1979. Reeditar a revista era retomar o importante veículo de comunicação da UNE, fundado em seu “período de ouro”. Coerente com os desejos de retomada também era o caráter fortemente memorialista que a publicação apresentava. Dividia-se em textos que debatiam a realidade do momento e narravam a trajetória da instituição, além de fotografias sobre fatos de sua história. Construir o futuro era recuperar o passado e criticar o presente.

Aldo Rebelo, presidente da UNE na gestão de 1980-81, responsável pela reedição da revista Movimento, assina o primeiro texto. Nele, procura ressaltar um processo de reconquista de espaço de ação na política institucional pela entidade. Relata, em cinco pontos, as movimentações que a UNE desenvolvera para levar suas reivindicações a instituições como a ABI, OAB, CNBB e partidos políticos, entre os quais “mesmo o PDS têm manifestado desejo de participar de um movimento pelo reconhecimento da UNE”. Também ressalta atividades realizadas em conjunto com aquelas instituições e a participação no I Conclat (Conferências das Classes Trabalhadoras), que criaria a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Nesta medida, era um esforço para tornar público o retorno da UNE a esfera pública de ação depois de dezessete anos de Regime Militar. Esse esforço se dava, por um lado, demonstrando e exaltando um passado de atuação política que garantia a entidade legitimidade como ator político. Por outro lado, era preciso demonstrar sua atuação no presente, demarcando a ampliação do seu espaço de atuação e estabelecendo que a entidade seria, novamente, um personagem ativo no jogo político institucional.

Comemorar os 60 anos da entidade

Em 1997 foi lançada a revista “Histórico UNE 60 anos a favor do Brasil” (1997), em comemoração aos 60 anos da entidade. Na capa, a foto, que se tornara clássica, dos três estudantes saltando, ainda no ar, comemorando a passeata que dera certo em 1968. Trazia publicidade apenas dos Correios e da Petrobras, o que indica que

apenas as duas estatais financiaram o empreendimento. Se baseia em entrevistas com ex-militantes, apresentados pro um texto da editora Jalusa Barcelos.

A primeira é uma página de “Homenagem”, que funciona como um Panteão, a “todo jovem que, abraçando uma ideia, por ela deu a vida” (1997). Sobre o fundo preto, a lista em branco dos nomes daqueles que a entidade julgava não somente merecedores de recordação mas representantes daqueles que “por esquecimento ou falta de informação, foram excluídos desta lista” (idem). Os primeiros da lista são três jovens mortos em 23 de maio de 1932 na cidade de São Paulo (Euclides Miragaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes e Antonio Américo de Camargo), fato que deu origem ao movimento MMDC, que compôs o levante ocorrido em 1932 na cidade de São Paulo contra o Governo Provisório.

No sumário, a sigla UNE assume o desenho de uma costura, que liga duas metades pretas da página. Apresenta uma narrativa da história da instituição caracterizada pela cronologia. Segundo a editora da revista, “nada melhor para remontar a história do que os seus principais personagens” (idem: 7) aliado a um critério de periodização baseado na interferência que a UNE desempenhou “na história brasileira, quase sempre como força hegemônica de esquerda” (idem, idem).

Desde o início, podemos perceber a maneira como foi escolhida contar a história da UNE: a partir daqueles que foram eleitos seus principais personagens; presidentes e membros de diretorias da instituição; e a partir de que ponto de vista; aquele que insere a entidade em uma narrativa mais geral da história do Brasil, guardando para a UNE um lugar de protagonista de esquerda.

Esta é uma das semelhanças encontradas com o MME. A esta podem ser acrescentados o formato de entrevistas e os próprios personagens, quase todos tendo sido entrevistados também pelo projeto posteriormente.

A UNE organiza sua memória

Fruto de outro momento político, o MME já nasceu com um forte caráter institucional e se propondo a ser um trabalho amplo de organização sistemática da memória da UNE. Para dar conta do trabalho de novo tipo a que se propunha, uma das instituições procuradas durante a elaboração do projeto foi a Tv Globo e, a partir deste

contato, abriu-se o diálogo com a Fundação Roberto Marinho. Esta iniciativa se mostrou crucial para o desenvolvimento do projeto.

(...) ao mesmo tempo que isso foi sendo feito [a elaboração do projeto], que teve uma certa publicidade, a gente abriu um linha de diálogo com a Globo. Porque uma das ideias força da memória era a campanha da coleta de documentos e a Globo topou realizar a campanha na televisão, ou seja, eles toparam fazer a campanha na TV, ceder os espaços publicitários, etc e tal, pra isso, e isso abriu uma ponte com a Fundação Roberto Marinho, que passaria ser uma parceira (...)⁹

Felipe Maia relembra do processo, a partir do seu lugar social no momento, apresentando, portanto, o ponto de vista dos militantes do movimento estudantil, que, há de se supor, eram pouco acostumados com a rotina dos projetos culturais¹⁰. A possibilidade de parceria com a Fundação Roberto Marinho trazia novos atores para a elaboração do projeto, indo bastante além do apoio pontual que a Tv Globo ofereceria.

No momento em que se firma parceria com a Fundação Roberto Marinho, passou a fazer parte do projeto um corpo profissional habituado aos trabalhos em projetos de memória, que necessita do trabalho de arquivistas, historiadores, jornalistas e cientistas sociais, além da produção e agenciamento de projetos culturais, que implica gestão de recursos e elaboração de produtos.

Carla Siqueira, jornalista e historiadora que já trabalhava em outro projeto de memória da Tv Globo, relembra do momento de encontro entre as duas instituições.

eu estava num outro projeto da Globo quando a superintendente de patrimônio e meio ambiente da Fundação Roberto Marinho, me chamou para participar de uma reunião [...], na parte de comunicação da Globo, com o Felipe [Maia], quando ele era presidente da UNE. Esse primeiro encontro já era uma tentativa de vender a ideia do projeto pra um apoio da Globo e da Fundação Roberto Marinho. Então, como eu trabalhava num projeto de memória da própria Globo, acabei indo a essa reunião e aí começou meu envolvimento [com o MME].¹¹

⁹ Maia, 24/09/2009.

¹⁰ Esta não era, ainda, uma prática institucionalizada de captação de recursos para a instituição, cujo financiamento era até então basicamente composto pela venda de carteiras de estudantes. Como afirma Felipe Maia “Em minha gestão – hoje já não sei mais exatamente como é –, 80% dos recursos da UNE vinham das carteiras e cerca de 20% de origens diversas, como convênios, por exemplo.” (Maia, 10/11/2004)

¹¹ Siqueira, 21/10/2009.

Posteriormente, Carla Siqueira deixaria o outro projeto da Tv Globo e passaria a se dedicar ao projeto de memória da UNE. Tornou-se, futuramente, sua coordenadora geral.

Eu acabei saindo da Globo e a Fundação encampou esse projeto da UNE: colocou na lei de incentivo, na Lei Rouanet. Eu ajudei a formatar [...] ajudei a fazer o projeto que foi pro MinC [Ministério da Cultura], pra ser aprovado na Lei Rouanet, a pensar esse projeto; [...] já era uma idéia muito antiga da UNE, mas uma ideia, assim, de trabalhar a memória da UNE e a gente na verdade estruturou isso como um projeto mesmo, técnico, que previa memória oral, previa montagem de acervo, [...] uma série de ações de divulgação desses resultados, dessa memória.¹²

Na fala de Carla é possível perceber como a entrada da Fundação Roberto Marinho foi fundamental para sua concretização. Apresentá-lo à Lei Federal de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, que possibilitaria a captação de recursos com empresas, estabelecer um projeto técnico, prevendo a montagem de acervos e recolhimento de depoimentos era um trabalho que exigia conhecimento técnico específico, o que fugia das possibilidades do quadro de militantes da UNE.

E, nesta parceria, caberia à UNE o papel de articuladora dos recursos para financiar o projeto e acompanhar sua execução: “(...) nós fizemos um contato junto com a Petrobras, depois do projeto aprovado, e a Petrobras topou financiar o projeto. (...) a Petrobras entrou com recursos e montou-se uma equipe sob coordenação compartilhada da Fundação e da UNE.”¹³

No ano de 2004, após a liberação do recurso, o projeto, de fato, começou. Era momento, então, de criar a equipe técnica, começar a definir metodologias de trabalho e pesquisa.

(...) quando, finalmente, a Petrobras deu o patrocínio, teve início o projeto, então, o projeto começa mesmo, efetivamente, em 2004. (...) eu virei a coordenadora geral (...) junto com a Ana Paula Goulart¹⁴ e com a Angélica Muller e aí montamos uma equipe de pesquisa. Então, na verdade, toda essa equipe técnica do projeto, ela foi composta por jornalistas e historiadores; uma ou outra pessoa também de ciências sociais. Então, uma equipe que ela tem essa interdisciplinaridade.¹⁵

¹² Idem.

¹³ Maia, 24/09/2009.

¹⁴ Jornalista e professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁵ Siqueira, 21/10/2009.

Começaram “a fazer um mapeamento desta história da UNE, dos personagens que seriam alvo da memória oral e em seguida essas outras ações de montagem de acervo e tal.”¹⁶ Executar, portanto, a “missão do projeto” e dar conta de uma ideia antiga da instituição que, porém,

*pela primeira vez ela de fato se estruturava. E a gente conseguiu um lugar; (...) um escritório dentro do Museu da República, como uma parceria. (...) pela primeira vez a UNE tinha mesmo um projeto instituído, organizado, para cuidar sua memória, que, em grande parte, ela estava perdida, porque todos os pequenos esforços anteriores (...) se perdiam na desorganização mesmo da própria UNE; da mudança de gestão.*¹⁷

Felipe Maia ressalta em sua fala que foi montada “uma equipe sob coordenação compartilhada da Fundação e da UNE”. Parece ser bastante importante para ele afirmar este compartilhamento de tarefas, na medida em que a direção da instituição foi por muitas vezes acusada de “vender” a memória da UNE para a Globo, em geral por tendências que se opunham à corrente majoritária na direção da instituição¹⁸. Porém, no processo concreto de realização do projeto, a Fundação Roberto Marinho foi sua gestora durante os quatro anos em que funcionou. Como se pode perceber pela fala de Carla Siqueira: “(...) a Fundação era a gestora do projeto, a minha equipe se reportava à Fundação, ela que (...) dava as orientações do projeto, geria o dinheiro do projeto”¹⁹.

Entretanto, isto não significa afirmar que o projeto ficou completamente a cargo da Fundação. Mais à frente, a própria Carla define o lugar da UNE na gestão do projeto, esclarecendo também os motivos desta divisão

E a UNE, na verdade, na prática, a UNE tem outras prioridades políticas. (...) a gente tentava bater bola, mas nem sempre isso era possível. Então, a UNE (...) ficou um pouco afastada da gestão do projeto, embora tenha participado dando opiniões, sugerindo nomes

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ver, por exemplo, no blog MovE Brasil a seção “Pareceria UNE-Globo” em que há uma compilação de dados e artigos críticos acerca da atuação do MME, onde o autor chama atenção para um fato: “Observe, no rodapé do portal do MME que todo material lá contido, boa parte sugado dos arquivos da UNE e dos arquivos de entidades estudantis, estão com copyright da Fundação Roberto Marinho.” (<http://movebr.wikidot.com/une-globo> em 27/01/2009 às 22:45).

¹⁹ Siqueira, 21/10/2009.

*pro memória oral... Ajudando até numa estrutura. A certa altura a gente começou a fazer muitas ações de divulgação do projeto, levamos a exposição sobre a história da UNE, levamos filmes sobre a história da UNE, tudo que a gente produziu, né? Fizemos debates em universidades do país todo e isso o pessoal da UNE sempre ajudava na produção e tal... Mas, assim, foi uma coisa que ficou mais na mão da Fundação Roberto Marinho mesmo. E nós, então, éramos esse corpo técnico de especialistas pra tocar o projeto.*²⁰

A divisão é tratada por ela pelo aspecto técnico: sendo a UNE tomada por suas prioridades de ação política, o projeto ficaria a cargo dos especialistas, mas, nunca completamente a cargo deles. Desta forma, Angélica Müller, historiadora, que foi diretora de Ciência e Tecnologia da UNE entre 2001 e 2003, foi convidada para fazer parte da coordenação do projeto, função que desempenhou de 2004 a 2008. Segundo ela mesma descreve, o convite para fazer parte da equipe foi “uma decisão da UNE de colocar a pessoa, vamos dizer assim, de confiança, mas a pessoa que faria essa interface entre o projeto, a UNE e a Fundação.”²¹

A instituição opinava nas decisões sobre os entrevistados, auxiliava na estrutura para os eventos. Ainda que pequena, a participação da UNE não poderia ser desprezada na execução do projeto. Acima de tudo, não poderia, pois, é justamente esta ação política, que afastava a direção dos afazeres cotidianos do projeto, que o sustentava. Não era qualquer memória que deveria ser ressaltada, era a memória da instituição organizada por ela mesma. Era a maneira que interessava aos agentes do presente apresentar estes elementos do passado.

Bibliografia e fontes

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2005.

MÜLLER, Angélica. *ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE: A política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

²⁰ Idem.

²¹ Müller, 15/03/2010.

_____. A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO CONTRA O REGIME DITATORIAL E O RETORNO DA UNE À CENA PÚBLICA (1969 – 1979), 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da Tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: Editora UFAL, 2005.

Entrevistas

MAIA, Felipe – Entrevista em 24/09/2009.

MULLER, Angélica – Entrevista em 15/03/2010.

SIQUEIRA, Carla – Entrevista em 21/10/2009.

Depoimentos

CERQUEIRA, Marcelo. Depoimento ao projeto Memória do Movimento Estudantil, 20/10/2004. Acervo do Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível em: www.mme.org.br

Revistas

GONÇALVES, Tânia e ROMAGNOLI, Luiz Henrique. *A volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

POERNER, Arthur. *O poder jovem*. Niterói: Editora Booklink, 2005.

“MEMOREX” Apesar de tudo – a UNE Revista. Edições Guaraná/DCE Livre da USP, 1978.

“Revista Movimento”, Editora Jovem Ltda./UNE, nº 13 – nov., 1981.

“Histórico UNE 60 anos a favor do Brasil”, ANC Comunicações/UNE, 1997.